

OPINIÃO

EDITORIAL

Quando a toga e a política ameaçam o jornalismo

A decisão liminar da Justiça de Ribeirão Preto que determinou a retirada de conteúdo do site do Jornal Ribeirão, a pedido do vereador Isaac Antunes, é grave. Mais grave ainda quando acompanhada da ordem para que o veículo se abstenha de novas publicações sobre o tema. Aí já não se está mais diante de uma simples controvérsia entre honra e liberdade de expressão. O que se enxerga é o risco concreto de censura prévia, mecanismo incompatível com a Constituição e intolerável em qualquer democracia que se pretenda madura. A imprensa existe, entre outras razões, para fiscalizar agentes públicos, expor fatos de interesse coletivo e submeter o poder ao escrutínio permanente. Inclusive de forma mais ácida.

Isso não se limita a condenações definitivas nem a decisões transitadas em julgado. O interesse público também está presente em investigações, inquéritos, controvérsias, denúncias, decisões provisórias e episódios que ajudam a população a compreender a conduta e a trajetória de seus representantes. Reduzir o campo da cobertura jornalística apenas ao que já foi definitivamente encerrado seria transformar o jornalismo em cartório tardio, e não em instrumento vivo de controle social.

Salutar e necessária a nota da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) sobre o tema. A entidade afirmou ver, “com grande preocupação, a decisão”, em especial “a determinação de abstenção de novas publicações, que pode ser entendida como forma de censura prévia, estritamente proibida pela Constituição Federal do Brasil”. E acrescenta algo essencial: “O escrutínio e a prestação de contas sobre fatos de interesse da população

por parte de políticos e autoridades públicas faz parte do papel da imprensa. É exatamente isso.

A relevância jornalística da matéria, o enquadramento editorial e até o peso do título podem, sim, ser discutidos no foro adequado, que é o Judiciário. Se houve excesso, há instrumentos legais para reparação. O que não se pode admitir é que se mande tirar do ar uma publicação jornalística porque ela desagrada um político. Quando isso acontece, não se protege direito: tolhe-se liberdade. E, quando se proíbe previamente nova publicação, o sinal emitido à sociedade é ainda pior — o de que o poder pode escolher o que pode ou não ser dito sobre ele.

Também chama atenção a inversão de prioridades. Em vez de concentrar energia em tentar calar a imprensa, um político deveria estar voltado a temas muito mais relevantes para a sociedade, como o enfrentamento dos inúmeros casos de corrupção que corroem a confiança pública, degradam instituições e drenam recursos que deveriam chegar à população. Ou, talvez, à situação de comissionados na RP Mobi. Quem ocupa mandato não deveria se mobilizar para censurar jornal; deveria se mobilizar para ajudar a limpar a vida pública.

Num ambiente democrático, reportagem se contesta com argumento, prova, resposta e ação judicial proporcional — não com mordança. Remover conteúdo jornalístico do ar por pressão de agente público é mau sinal. Tentar impedir novas publicações é pior: ameaça não apenas um veículo, mas o direito de toda a sociedade de ser informada. E, sem informação livre, o que se enfraquece não é apenas a imprensa. É a própria democracia.



OPINIÃO DO LEITOR

Impressionante como tudo parece ser um grande esquema em Ribeirão. ONGs que reúnem sempre as mesmas pessoas, com contratos milionários. E o dinheiro indo pelo ralo!

Rosa Pettiz, Jardim Castelo Branco

NOVAS IDEIAS

O Gigante Adormecido e a Pequenez Legislativa

JUAREZ ALVES DE LIMA JÚNIOR*



RIBEIRÃO PRETO É, INDISCUTIVELMENTE, UMA POTÊNCIA. SOMOS O CENTRO DE UMA REGIÃO METROPOLITANA QUE RESPIRA PUJANÇA ECONÔMICA E EXCELÊNCIA ACADÊMICA. NO ENTANTO, AO CRUZAR AS PORTAS DA CÂMARA MUNICIPAL, ESSA GRANDIOSIDADE SE DISSOLVE EM UM CENÁRIO DE MEDIOCRIDADE QUE BEIRA O INACREDITÁVEL.

A discrepância entre a importância da cidade e a atuação de seus representantes não é apenas um hiato; é um abismo ético e funcional que custa caro ao contribuinte.

A atual legislatura parece ter trocado a vocação pública por um pragmatismo corporativista vergonhoso. Assistimos, atônitos, a atos de edis que extrapolam suas funções legislativas para atuar como militantes de ideologias extremistas.

Sob o manto de um conservadorismo de fachada, utilizam o mandato para perseguir fantasmas ideológicos enquanto ignoram o decoro parlamentar. O mais grave não é apenas o excesso de uns, mas a complacência de outros: a Câmara tornou-se um ambiente onde a punição inexistente para os “seus”, selando um pacto de impunidade que fere a dignidade da instituição.

Enquanto a cidade carece de debates profundos sobre mobilidade e infraestrutura, o plenário se perde em projetos bizarros como o “pipódromo municipal” ou legislações que tentam cercear a expressão artística e burocratizar a assistência social.

Tais medidas possuem a eficácia de uma nota de três reais e a constitucionalidade duvidosa de quem ignora os princípios mais elementares do Direito. É a política do espetáculo vazio, onde o “grito” ideológico substitui a competência técnica.

Entretanto, a culpa dessa paralisia não recai apenas sobre quem ocupa as cadeiras, mas também sobre o silêncio de quem as financia. O exercício da cidadania não se esgota no apertar de teclas na urna; ele começa ali. Fiscalizar a atuação dos vereadores, acompanhar as votações e cobrar coerência nas comissões de ética são deveres dos quais o eleitorado ribeirão-pretano tem se distanciado.

A omissão do cidadão é o adubo que nutre a incompetência parlamentar. Sem uma fiscalização social implacável e organizada, o corporativismo seguirá operando em causa própria.

Diante deste cenário, a solução não virá de um salvador, mas da maturidade de uma sociedade que entende o valor do seu imposto e do seu voto. Nas próximas eleições, a responsabilidade é nossa: ou continuaremos financiando o teatro do absurdo, ou resgataremos a dignidade de uma Casa que deve estar à altura da grandeza de seu povo.

O voto consciente e a vigilância diária são os únicos mecanismos de defesa contra a pequenez que insiste em nos apeguar.

*Advogado, Professor Universitário e articulista político

Jornal Digital

Leia o QRCode e acesse a versão online do Jornal Ribeirão

Pontos de Distribuição

Veja onde você encontra a versão impressa do Jornal Ribeirão:

▪ Banca Tibiriça - R. Tibiriçá, 600

▪ Banca do Denis - R. Otávio Golfeto, 326

▪ Banca Saudade - Av. Saudade S/N

▪ Banca Paulista - Av. Independência, 1680

▪ Banca 2000 - Praça Coração De Maria S/N

▪ Banca Balieiro - R. Gen. Osório, 549 - Calçadão

▪ Banca Oracilda - Praça Jose Mortari S/N

▪ Banca Solange - Av. Pres. Vargas, 25 - Esq. Av. R. Nove De Julho

▪ Banca Camões - Praça Camões S/N

▪ Banca Oásis - R. Duque de Caxias, 800

▪ Banca Pinguim - R. Gen. Osório em frente a Choperia Pinguim - Calçadão

▪ Banca do Valdir - Av. Nove De Julho, 378 - Esq. R. Visconde de Inhaúma

▪ Banca 13 de Maio - Av. 13 De Maio, 575

▪ Banca Irajá - R. Dr. Isaac Teodoro de Lima, 588

▪ Banca Sete de Setembro - Praça

▪ Banca do Emerson - R. Campos Salles, 431

▪ Banca Oficce Center - Av Portugal, 1760

▪ Banca do Amaral - R. Amador Bueno, 395

▪ Banca da Lucia - Av Dom Pedro S/N

▪ Banca do Rogério - R. Maria Tereza Braga Cenri, 425

▪ Banca do Peruano - R. Florêncio De Abreu S/N (Calçada Cathedral)

▪ Banca da Japa - Av. Jerônimo Gonçalves, 493 (Próx Rodoviária)